

Carolina, uma
pessoa
intersexo
do Sul
Global

| FOTO | Guilherme Licurgo @pajubadigital

Copyrights © 2022 GATE

Este trabalho pode ser reproduzido e redistribuído, em sua totalidade ou em partes, sem alteração e sem permissão prévia por escrito, unicamente com fins educativos e de promoção sem fins lucrativos, sempre que todas as cópias contenham a seguinte declaração

© 2022 GATE A reprodução e distribuição deste trabalho tem a permissão de Global Action for Trans Equality | Não é permitido nenhum outro uso sem a permissão prévia por escrito. Para obter permissão, comunique-se com gate@gate.ngo

Editora | Vidda Guzzo | **Citação sugerida** | Global Action for Trans Equality (2022) **Carolina, uma pessoa intersexo do Sul global**. *Corpos Intersexo, Alianças do Sul global: Memorial em Língua Portuguesa*. Nova Iorque: GATE.

Sobre GATE

GATE é uma organização internacional de ativismo e defesa da justiça e da igualdade para as comunidades trans e intersexo. Enraizadas em nossos movimentos, trabalhamos com parceiros estratégiques em todo o mundo para gerar conhecimento, recursos, e acesso às instituições e à arena internacionais. Queremos um mundo livre de violações dos direitos humanos de pessoas gênero- e sexo-diversas. Nossa estratégia é transformar o cenário do ativismo global, criar conhecimento e distribuir recursos através da inclusão crítica dos movimentos trans, gênero-diversos e intersexo em todos os níveis dos processos políticos, legais e sócio-econômicos.

Saiba mais visitando www.gate.ngo



@gateorg



/gateorg



@GATEOrg



@GATEOrgOfficial



intersex@gate.ngo



corpo-Carolina alianças do Brasil

sobre esta edição



GATE tem trabalhado globalmente pela promoção e proteção dos direitos humanos das pessoas intersexo. Como parte das nossas atividades, chamamos ativistas intersexo de seis países da **América Latina e do Caribe**^[1] para um encontro regional.

Considerando a carência dessas oportunidades na política intersexo do Sul global, nosso propósito era construir um espaço para a interação para as pessoas intersexo e os movimentos liderados por essas pessoas intersexo sediados na região. Aquela ocasião era a primeira de uma série de três conferências regionais planejadas: uma para cada grande região do Sul global.^[2]

Na estreia, ativistas falantes de língua espanhola da Argentina, Chile, México, Peru e República Dominicana compuseram a maioria do painel de palestrantes. Tódes elus escreveram também seus relatos em pequenos textos publicados juntos a este volume.^[3]

Entre as histórias, uma particular surgiu contada em língua portuguesa. Carolina falou o português dos mais belos, mas travesti brasileira domina muitas linguagens. Falou o pajubá de uma fartura de palavras que só o terreiro e a pista dão. Em inglês, Carolina buscou referências pra nomear um de seus papéis na política, muitos deles jamais repetidos.

Carolina em qualquer idioma. Tem em inglês. Em espanhol, fica uma lindeza.^[4] Carolina tem que chegar a todo canto e, com isso, muita gente concorda. Destoando das reiteradas negativas que ela conta já ter recebido, hoje, muita gente diz **sim** pra Carolina, e os dados são recentíssimos e absolutamente confiáveis.^[5]

Aqui, neste memorial em língua portuguesa, também estão alguns dados sobre Carolina. Contrariando muitas prescrições, ela diz que está viva hoje, mas que, pra isso, tem explicação. Pra todo evento que ela inaugura no registro de uma história dos brasis, a gata lembra que teve muito corre. Outro corre, como no seu dizer.^[6]

No idioma original, assim, em português, o corre é ainda mais desafiador e, às vezes, calha de não ser nem mesmo opcional. Falar desde o Brasil é doído, mas não chega a ser irremediável. Isto é também aquilo que Carolina nos dá: um remédio apesar de lhe ter faltado muitos, e por numerosas vezes. Um acalanto pra alguns berços assombrados pelo bisturi. Um alívio para nós, as pessoas intersexo do Brasil.

[1] Assista o replay de **Corpos Intersexo, Alianças do Sul Global: América Latina e Caribe**

[2] Assista também o replay de **Corpos Intersexo, Alianças do Sul Global: África**

[3] Conheça as nossas **alianças na América Latina**

[4] Carolina é irrepitível em qualquer dizer. O expediente de traduzi-la é desafiador e a sua mensagem é particularmente poderosa no idioma original. Ainda assim, arrisco o convite à leitura e a difusão em suas redes deste texto e do conjunto dos demais relatos originais em **espanhol** e suas traduções em **inglês**.

[5] Me refiro à candidatura recentemente eleita da **Bancada Feminista** do Partido Socialismo e Liberdade de São Paulo.

[6] Referência a trecho da **p.5**, Carolina diz "meu registro é outro, meu corre é outro [...]"

[1] GATE



A primeira parlamentar intersexo da América do Sul

O peso, a dor e a potência

Carolina Iara de Oliveira 
@bancadafeministapsol

O que é ser a primeira parlamentar intersexo da América do Sul, ainda sendo uma mulher negra, travesti e vivendo com HIV?

Quando fui convidada a integrar o debate na **GATE** essa foi a dúvida que tive a impressão que mais se destacaria numa explanação minha sobre o que é a intersexualidade nos trópicos, no chamado Sul Global, mas que já teve tantos outros nomes: colônias, terceiro mundo, países em desenvolvimento, subdesenvolvidos, e tantas e tantas outras denominações.

Parto, portanto, de uma vivência que deve ser pensada a partir da colonialidade, isto é, a partir de uma construção social que sequestrou e escravizou meus antepassados africanos e exterminou muitos dos meus ancestrais indígenas, e que culminou na noção forjada do que é ser negra no Brasil. Junto a isso, se forja a noção de mulheridades da América Latina, que juntou cudinás, timbiras, mulheres ameríndias, africanas, europeias e que fez nascer aqui uma mulheridade dissidente, **a travestilidade**.

A Carolina Lara, antes de ser a parlamentar, antes de ser a covereadora intersexo do mandato coletivo Bancada Feminista do PSOL, ela é uma mulher negra que foi mutilada na infância. Canso de contar essa história em diversos espaços, mas é importante repeti-la. Ao nascer com uma genitália atípica, com testículos internalizados (criptorquidia para a medicina), com uretra terminando na base do pênis e não no topo (hipospádia pra medicina) e com um buraquinho abaixo do saco escrotal (fístola, para a medicina), fui colocada diante do Poder Médico dos sistema público de saúde brasileiro, mas não qualquer poder hospitalar: fui entregue ao poder de um Hospital Católico, que, com seus jalecos brancos e homens cisgêneros igualmente brancos apresentaram uma gramática técnica, cheia de códigos e palavras incompreensivas para uma mãe negra, periférica e solo como a minha, para empreender a manutenção biológica da cisnormatividade, que é esse sistema anti-trans e estático de dois gêneros baseados em sexo biológico inventado.



Faça cirurgia, senhora, ou você não terá um filho [sic] que consiga ir no banheiro, ou pior: vai ter que mijar sentado!



Não preciso dizer o que se passa na cabeça de uma mãe preta e periférica ao ser informada disso. Sem o pai para decidir junto. Com a família acusando-a por ter se entregado ao sexo antes do casamento, embora essa seja a realidade de grande parte das famílias pobres do Brasil. E nada, absolutamente nada de explicação sobre intersexualidade ou mesmo sobre hermafroditismo para minha família. Apenas uma imposição: a cirurgia! Mas não foi apenas uma cirurgia, foram três, e ao longo de **doze anos**. Eu passei doze anos da minha vida sendo moldada para ser alguém que nunca quis ser, alguém do sexo masculino.

Nada vai me ressarcir, me recompensar por tudo o que passei. Nada me fará esquecer as sondas, os curativos de cor preta que envolviam meu pênis fabricado, os tantos pontos no meu genital aos seis anos de idade, que me impediram de brincar durante um ano inteiro. Não vou esquecer da sonda sendo introduzida em meu genital sem nenhum anestésico local, sem nenhum analgésico, para desobstruir a uretra artificial, quando esse canal simplesmente fechou aos doze anos com o meu crescimento.

Não vou esquecer do cirurgião pediátrico que, aos seis anos, foi retirar os pontos da cirurgia e dizia para minha avó Altina:

“**Segura esse moleque. Tem que parar de mimar ele.**”

E virando pra mim, dizia:

“**Pára de chorar, *negão*. Nós tivemos muito trabalho pra te deixar homem, com brinquedo. *Negão não chora assim não. A dor vai passar.***”

Mas será que essa dor do racismo, da mutilação, da intersexofobia passa? Será que terapia após tudo isso adianta? Não é melhor interromper esse ciclo de sofrimento?

Pois bem. Apenas três anos depois do término desse longo processo de adequação corporal, portanto no auge dos meus quinze anos, eu já mostrei à família, ao **Poder Médico**, à sociedade que meu corpo não era o que se esperava ou o que se tentou moldar a partir das cartilhas nefastas da Medicina arcaica e de direita, muito menos o que o horrendo John Money teorizou sobre a facilidade de se “educar” uma pessoa num determinado gênero escolhido, desde que se escondesse dela a condição intersexo e fizesse cirurgias. Eu sou a prova viva do quanto isso não adiantou.

E como eu não nasci no norte global, como eu sou descendente das tibiras e cudinas, eu só vi acolhimento e possibilidade de identidade na travestilidade.

Foram as travestis de São Matheus, periferia de São Paulo, que me possibilitaram pensar que meu corpo tinha quadril mais largo, cintura e começava a ter bico de seio por um motivo, e na época elas me apresentaram na língua do **Pajubá** - que é um idioma das travestis brasileiras que mistura o português com palavras do yorubá e da língua bantu, faladas nos terreiros de Candomblé e Angola - o conceito de **travesti amapô**.

Amapô quer dizer mulher cisgênera, ou popularmente também chamada de *racha* entre as travestis. Eu seria uma mistura biológica das duas possibilidades corporais, da **travesti** e da **amapô**, porque segundo Fernanda, Raycka, Márcia, Sheyla e outras travestis que faziam pista comigo - ou seja, se prostituíam -, eu tinha o corpo naturalmente **amapozado**.

Então, meus amores, é impossível que alguém que conviveu três anos ininterruptos com a cultura da travestilidade, de prostituição, de herança afrodiaspórica cultural e linguística, tenha o mesmo registro de intersex, assim em inglês colonial, que pessoas brancas do norte global, ou mesmo de pessoas brancas ou de classe média do Brasil mesmo. Meu registro é outro, **meu corre é outro**, como se diz popularmente na periferia paulistana, e é um corre preto, afro-ameríndio, periférico, e que se baseia na organização popular e coletiva.

Esqueci de contar até aqui, mas vos participo: eu cresci, no meio de toda essa narrativa de dor e mutilação, num bairro forjado nas lutas por moradia das décadas de 80, 90 e 2000, o bairro da Fazenda da Juta, em Sapopemba, zona leste de São Paulo, que acolheu a travesti Linn da Quebrada e tantas outras pessoas trans. Território dialético, contraditório, vulnerável mas cheio de potência política, e que me ensinou o que era uma assembleia de moradores, o que era o movimento social de moradia, a luta pela terra, a ocupação de Terra por famílias numerosas para conseguir casa. Eu vi o bairro sendo erguido, urbanizado, ganhando equipamentos e serviços públicos através da luta popular e coletiva, organizada e movida por pessoas simples, sem manejo acadêmico ou grandes currículos. Sem o domínio do que é exigido pelo capitalismo, pela branquitude. E é assim que eu começo a ser ativista.

Ao mesmo tempo que me prostituía e saía **montada**, 24 horas por dia, eu também participava de movimentos artísticos do bairro, de coletivos LGBTQIA+, de cultura periférica e negra, e assim ia me inserindo no processo que Beatriz Nascimento chama de quilombismo, algo muito comum da comunidade negra e indígena do Brasil, que é se agrupar tal como nossos antepassados faziam nos quilombos da zona rural, mas erguendo, nas cidades, quilombos urbanos.

Foi com esse espírito que eu persisti no ativismo, mesmo nos momentos mais difíceis. E como foi difícil após os dezoito anos. A cada **não** que eu recebia na busca de emprego, como travesti, eu ficava cada vez mais desesperançosa com a possibilidade de eu expressar minha identidade, de ser eu mesma, e o ultimato da família para que eu abandonasse a prostituição e me afastasse de cafetinas, me fez eu me submeter a dolorosa experiência da destransição. É muito ruim você transicionar e voltar a estaca zero. Ter que fazer a linha, a **pêssega** como diz as travestis, pra se passar por gay afeminado, sendo que você não é isso. É um horror. Foi um horror que durou sete anos. E, contraditoriamente, foi esse horror que me possibilitou um “disfarce” para acessar a faculdade, o concurso público na saúde pública de São Paulo, e o ingresso como dirigente de movimentos sociais e líder partidária na própria esquerda brasileira.

Em 2011 começo a trabalhar com vítimas de violência nos serviços de saúde, através dos Núcleos de Prevenção à Violência, acumulando também funções burocráticas na saúde, e a partir desse trabalho no enfrentamento a violência doméstica, sexual e aborto legal, eu me aproximo dos movimentos feministas e negro. Já em 2014, eu descubro minha vivência com HIV e ingresso na Rede Estadual de Jovens vivendo com HIV/aids, me aproximo do Movimento Paulistano de Luta contra a Aids, da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV, e de toda a militância em saúde pública. Em 2015, me aproximo de organizações socialistas que haviam rompido com o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado) e ingressei com essas rupturas no Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e a partir daí começo minha militância partidária e comunista paralelamente à atuação nos movimentos sociais.

Foi só em 2017 que ativistas trans, em especial Julianna Nonato, Terra Joharis, Wyrá Potira e Luiza Coppieters, começam a conversar comigo mais profundamente sobre intersexualidade, e ao terem acesso ao relato de minhas experiências na infância, e das cirurgias, levantaram a hipótese de eu ser uma pessoa intersexo. Foi nesse ínterim que conheci o ativismo e a produção de saberes da Paula Sandrine Machado, aliada cis da causa intersexo, Sara Wagner York, aliada travesti, e de pessoas intersexo como Amiel Vieira, de Olívia Denardi, Dionne Freitas e Shay Bittencourt. Mais a frente, pude saber que se projetava a ideia de fundação de alguma entidade que lutasse por direitos das pessoas intersexo, e nesse processo conheci também pessoas intersexo como Alex Balestrin, Sofia Riccard, Sasha e pessoas cis aliadas como Walter Mastelaro, Rachel Rocha, e mães de pessoas intersexo como Thaís Emília dos Santos e Cássia Nonato.

É necessário, para mim, nomear essas pessoas, que direta e indiretamente, de forma orgânica, institucional, independente ou apenas na disputa de narrativas, construíram o movimento intersexo nos últimos sete anos. E foi num ato, numa reunião na Casa Florescer 1, sob autorização do querido Beto, coordenador do abrigo de travestis e mulheres trans de São Paulo, que nós fundamos a Associação Brasileira Intersexo, ABRAI, colocando Thaís Emília como sua presidenta e eu, Carolina Lara, como conselheira fiscal (cargo que abdiquei com minha eleição, em 2020, e passei a apenas ser uma associada da entidade). Ali era mais um passo, não o nascedouro, mas um passo importante para o movimento social intersexo poder lutar, poder ter um instrumento institucionalizado para conseguir fazer **advocacy** nas Casas Legislativas, nos tribunais, nas entidades multilaterais da diplomacia mundial, ao mesmo tempo que fazia a assistência direta a famílias e pessoas intersexo.

O movimento intersexo da forma como o conhecemos hoje é muito novo, portanto, está em seu início se levarmos em consideração o tempo histórico de outros movimentos sociais, que levaram décadas para se constituir de forma fortalecida. Ao longo dos anos, percebo que mais pessoas se juntaram ao pioneirismo deixado por Roberta Close, ou simplesmente Roberta Gambine, que foi a primeira pessoa a dizer na TV brasileira que era hermafrodita, e mais pessoas ainda se juntaram à turma que citei anteriormente, para fazer o movimento intersexo. Posso citar também o próprio Beto, marido de Thaís Emília, que cumpre um papel protagonista na construção da ABRAI, assim como de pessoas como Mônica Porto, Mayara, Danio, Carlo Braga, Paulo Iotti, Joel Filho (com sua experiência de homem negro, intersexo e fluminense), Vidda Guzzo, Dr. Magnus Silva, e tantas outras pessoas que estão construindo a agenda intersexo brasileira, que é atravessada sim pela mutilação genital dos bebês e crianças, assim como pela hormonização forçada, mas também deve ser a do enfrentamento ao racismo antinegro e anti-indígena que estrutura a sociedade brasileira, assim como o enfrentamento à desigualdade social, da fome, do machismo, da cultura do estupro, e da vulnerabilidade social que pessoas intersexo tem sido submetidas na vida adulta, com falta de trabalho, ausência de acesso a saúde digna e serviços que saibam lidar com seus corpos, suas vivências, e mais: que tenham o reconhecimento jurídico como pessoas intersexo, e não como pessoas que tem na certidão de nascimento o “sexo ignorado”, somente.

Agora, sendo a primeira parlamentar intersexo do Brasil, consigo ver o quanto é difícil propor legislação para pessoas intersexo justamente porque não há esse reconhecimento jurídico da existência intersexo. Como legislar para pessoas cujo sexo é ignorado? Como convencer Casas Legislativas dominadas pelo fundamentalismo religioso - como são as Casas Legislativas brasileiras - e com cadeiras para a extrema-direita bolsonarista, de que bebês intersexo não podem sofrer cirurgias precoces? Como dialogar com um Parlamento que, nos acordos de Bancada, veta as palavras gênero, sexo, LGBTQIA+, diversidade?

Além de ser a primeira parlamentar intersexo e até agora única, ao menos publicamente, eu também sou a única vivendo com HIV. E uma das 30 parlamentares trans eleitas no Brasil. E a terceira leva de mulheres negras que entra na Câmara Municipal de São Paulo. Antes de nós, vereadoras e covereadoras negras dessa legislatura, só se teve duas vereadoras negras na maior cidade do Brasil: Theodosina Ribeiro e Claudete Alves. Ou seja, é um lugar de muito peso, muita contradição e muita responsabilidade, de dor e de luta, de representatividade, que eu estou nesse momento. A primeira audiência pública intersexo vista em Casas Legislativas no estado de SP foi a que promovi em parceria com os parlamentares Eduardo Suplicy e Érika Hilton.

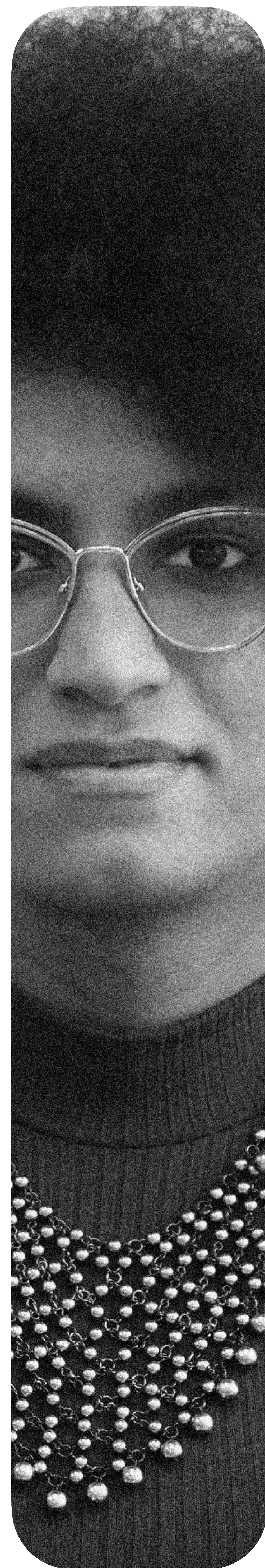
Ações com a deputada Érica Malunguinho também foram realizadas por mim e a Bancada Feminista, assim como apresentamos Projetos de Lei como o do dia da Visibilidade Intersexo no calendário oficial de São Paulo no dia 26 de outubro, o **Dia da Consciência Contra a Mutilação Infantil** no dia 26 de setembro, a campanha de conscientização contra a mutilação infantil nos serviços do município e a campanha de conscientização contra a mutilação genital de pessoas intersexo. Também incluímos pessoas intersexo no Projeto de Lei que versa sobre o uso de banheiros, vestiários, abrigos, serviços públicos e estabelecimentos por pessoas trans, intersexo e não binárias sem discriminação, na cidade de São Paulo. Todas essas foram proposituras com dificuldade de tramitação entre os vereadores paulistanos, mas que conseguiram colocar o debate na sociedade civil e na mídia.

Estando, a partir de 2020, nessa função parlamentar, tenho me deparado tanto com o desafio de ser o que a **Patricia Hill Collins** chama de **outsider withing**, ou seja, a forasteira de dentro, de estar num arcabouço institucional que sequer legitima a legalidade da minha existência intersexo, que me obrigou a socialmente me retificar como mulher (por isso coloco tanto mulher intersexo e travesti nas minhas biografias), e que ao mesmo tempo que me cobra uma conduta de decoro e representação não só das pessoas intersexo, mas das mais de 46 mil pessoas que votaram na **Bancada Feminista**, como também me exige um papel de dialogar com a pluralidade dos movimentos sociais negros, trans, LGBTQIA+, de HIV/aids, sindicais, de direitos humanos, de população em situação de rua, de educação, de saúde, e porque não dizer do movimento intersexo.

O movimento intersexo no Brasil, apesar de ainda incipiente e com poucos braços, é algo pulsante, que tem essa história bonita que contei e muita garra e disposição das pessoas nele envolvidas, e também se mostra com pluralidade: a existência importantíssima e com protagonismo da **ABRAI**, como entidade de *advocacy*, mais institucional e de assistência de famílias e pessoas intersexo, deve ser enxergada em conjunto com a atuação de entidades aliadas como o **IBRAT** (Instituto Brasileiro de Transmasculinidades) que possui núcleo intersexo, a **ABGLT**, a **National LGBTI Alliance**, a **ANTRA**, a **Rede Trans**, a **Frente Bisexual Brasileira**, a **ABONG** (Associação Brasileira de ONGs), o **ambulatório trans e intersexo da UNIFESP**, a **ABRASITTI**, e, ainda, com a atuação de ativistas intersexos independentes que tem se organizado em arranjos coletivos mais fluidos. Não posso também deixar de citar, os juristas da **OAB Diversidade**, do **SASP** (Sindicato dos Advogados de SP), e tantas outras entidades que não consigo mencionar, que posso com toda certeza ter esquecido.

Tudo isso tem sido a grande malha que tem se movido pela agenda intersexo no Brasil. Que perto das nossas necessidades imediatas por dignidade e integridade dos corpos intersexo realmente é uma malha pequena, e mesmo se comparada a outros movimentos sociais da América do Sul, é uma malha pequena. Mas não podemos menosprezá-la porque ela é grande em vontade, em disposição, em pluralidade de ideias e ações, e ela precisa ser cada vez mais visibilizada em nosso país e na comunidade latino-americana.

Concluo dizendo que, enquanto pessoas intersexo latino-americanas, nós precisamos desse intercâmbio entre os países abaixo dos EUA e do norte global, para que possamos não só nos fortalecer mutuamente, mas também nos conectar coletivamente para uma luta global pela libertação das pessoas que nascem com aspectos biológicos fora do padrão binário, e para que mais ninguém, seja endosexo ou intersexo, passe pela horrenda mutilação genital, e para que os estimados 2% de população da letra I deixa de ser colocada pra debaixo do tapete de sangue e de bisturi que vem vigorando até agora. As pessoas intersexo só querem ser livres e eu só quero deixar, um dia, de ser a única parlamentar intersexo de um continente. Daqui o movimento intersexo pode contar com minha disposição de luta e de usar os recursos políticos, materiais, simbólicos e de estrutura que o Parlamento pode proporcionar, mesmo com todas as limitações existentes. Estamos juntas, juntos e juntas!



Carolina, uma pessoa intersexo do Sul Global

